

**Jornal Notícias**

08-10-2019

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 60963**Temática:** Política**Dimensão:** 10710 cm²**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/4 a 14

Costa só admite “geringonça” com BE e CDU incluídos

PS chama partidos
para reuniões após
audições de Marcelo
Rebello de Sousa

Presidente deve
convidar hoje
o líder socialista
a formar Governo

Figuras do PSD
pressionam no
sentido da saída
imediata de Rui Rio

As curiosidades e os
números das eleições
e dos rostos do novo
Parlamento **P. 4 a 14**

LEGISLATIVAS/2019

Costa só quer “geringonça” com BE e PCP no mesmo barco

PS pediu reuniões para amanhã com parceiros parlamentares, eventualmente já como primeiro-ministro indigitado. BE reuniu-se ontem à noite e PCP tem hoje Comité Central



António Costa registou o “reforço” do PS: elegeu 106 deputados, mais 20 do que em 2015 e do que toda a Direita junta

Gina Pereira
gina@jn.pt

NEGOCIAÇÕES O PS já formalizou pedidos de reunião para amanhã com os parceiros parlamentares de há quatro anos, tal como António Costa disse que ia fazer no discurso de vitória, onde mostrou vontade de reeditar a solução política que permitiu levar a bom porto os últimos quatro anos de Governo, alargando-a agora ao PAN e ao Livre. Se não houver acordo, admite governar sozinho.

A vontade do secretário-geral do PS, apurou o JN junto de fontes próximas de Costa, é que todos permaneçam no mesmo barco e “renovar a solução política a que os portugueses disseram querer que tenha continuidade”. O objetivo “é chegar a acordo com todos”. Caso contrário, Costa admite fazer como Guterres, negociando ano a ano a aprovação dos orçamentos, com quem lhe der mais jeito.

No domingo, Costa disse que “o desejável” era renovar essa solução. “Se for possível dessa forma, excelente. Se não for possível, havemos de encontrar caminho de outra forma”, disse, garantindo que não irá “deitar a toalha ao chão”.

Os encontros foram pedidos ontem e terão lugar na sede de cada um dos partidos, já depois do presidente da República os ter ouvido em Belém, o que acontece hoje – e eventualmente após a indigitação de Costa como primeiro-ministro.

No discurso, o secretário-geral do PS foi claro: “Os portugueses gostaram da ‘geringonça’ e desejam a continuidade da atual solução política, agora com um PS mais forte”. Os socialistas conseguiram 106 deputados, mais 20 do que em 2015, e sozinhos têm mais eleitos do que toda a Direita junta (PSD, CDS, Iniciativa Liberal e Chega somam 84 deputados). O que significa que, para que os orçamentos de Estado passem,

basta a abstenção do BE ou da CDU, mas mesmo isso terá de ser negociado.

“NÃO DEPENDE SÓ DO PS”

Costa insistiu que “não depende só do PS” reeditar os

acordos. “A nossa responsabilidade é tomar a iniciativa, a responsabilidade dos outros é não fecharem a porta”, disse, insistindo que o PS saiu “reforçado” e que foi o seu programa que ganhou, traçando uma li-

nha vermelha: as contas certas e a credibilidade externa.

Apesar de a CDU ter reduzido cinco deputados e o BE conseguiu manter os 19 (mas perdeu mais de 57 mil votos), no seu discurso (como, aliás, em várias intervenções no Altis), Costa tentou proteger os danos nos parceiros de Esquerda, insistindo que “no essencial consolidaram a sua posição”. E foi para eles que chutou a responsabilidade de um eventual não acordo que inviabilize a desejada estabilidade para os próximos quatro anos. “Os portugueses manifestamente não disseram que esta era uma solução para não repetir”, disse, defendendo que os resultados são “uma vantagem que não podemos desperdiçar”.

PCP NÃO QUER A CENA DO PAPEL

Do lado dos parceiros, as posições foram distintas. Se, por um lado, Jerónimo de Sousa fechou a porta a acordos escritos – “não haverá a repetição da cena do papel” –, também disse que Costa tem todas as condições para formar Governo. E o PCP – que hoje reúne o Comité Central para analisar o pior resultado da liderança de Jerónimo – decidirá a sua votação caso a caso, “em função das opções do PS, dos instrumentos orçamentais que apresentar e do conteúdo do que legislar”.

Já Catarina Martins – que reuniu ontem à noite a Comissão Política do BE, de onde sairá a equipa que vai falar com o PS –, ofereceu a Costa dois caminhos: a disponibilidade para negociações com vista a uma “solução de estabilidade” para a legislatura ou, caso isso não aconteça, “negociações ano a ano para cada orçamento”. E elencou um conjunto de exigências como a reversão dos cortes da troika em matérias laborais e a nacionalização dos CTT [ler ao lado].

Costa não aceitou logo a oferta da líder do BE, com quem nos últimos meses teve vários arrufos. E deu claramente a entender que um acordo com os parceiros não lhe agrada. ○

Condições para formar uma maioria

PS precisa de pelo menos um dos seus antigos parceiros (CDU e BE)

FORÇAS POLÍTICAS	DEPUTADOS	
PS + BE	125	✓
PS + CDU	118	✓
PS + BE + CDU	137	✓
PS + PAN + LIVRE	111	✗
PS + PSD	183	✓
PS + CDS	111	✗



Condições da ex-geringonça

BE

PCP

Repor cortes da troika

Catarina Martins quer repor os cortes que foram feitos pela troika e que ainda estão na legislação laboral: os 25 dias de férias (cortados para 22), as compensações por despedimento e o pagamento das horas extraordinárias. Combater a precariedade, proteger o trabalho por turnos e defender as pensões, acabando com o duplo corte do fator de sustentabilidade.

Salvar o SNS

Garantir que o Serviço Nacional de Saúde tem o financiamento necessário, combatendo a promiscuidade entre público e privado e fazer caminho para a exclusividade dos profissionais.

Nacionalizar CTT

Proteger os serviços públicos em todo o território, incluindo recuperar o controlo público dos CTT.

Investimento

Recuperar o investimento público, responder à crise da habitação e dos transportes e construir uma resposta decidida à emergência climática.

**850 euros de salário mínimo**

Lutar pelo aumento geral dos salários e do salário mínimo nacional para 850 euros (atualmente, está nos 600 euros).

Creches gratuitas e habitação

Quer assegurar creche gratuita para todas as crianças até aos três anos e o direito à habitação com garantias dos arrendatários e construção de habitação pública.

Mais dinheiro

Aumento das verbas dirigidas ao reforço do transporte público e reposição do investimento em falta no Serviço Nacional de Saúde e nos serviços públicos.

Cultura e ambiente

O PCP quer garantir 1% do orçamento para a cultura e defende a garantia da proteção da Natureza, do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.



Presidente não esperou pela publicação dos resultados para ouvir os partidos

Marcelo tem pressa em indigitar novo primeiro-ministro

Ao contrário de Cavaco, presidente não exige acordos escritos. Posse do Governo pode ser a 25 de outubro

Gina Pereira
gina@jn.pt

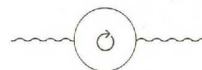
AUDIÊNCIAS O presidente da República decidiu não esperar pela publicação dos resultados oficiais das eleições e chamou já hoje a Belém os dez partidos (três deles estreates) que irão ter assento no novo Parlamento, “tendo em vista a indigitação do primeiro-ministro”, que deve acontecer ainda hoje. A urgência é justificada com o facto de ter lugar, a 17 e 18 de outubro, “um importante Conselho Europeu, nomeadamente por causa do Brexit”, ao qual Marcelo pretende que António Costa vá já como primeiro-ministro indigitado e não como primeiro-ministro cessante.

Tendo em conta que não deverá haver objeções a que o Partido Socialista forme Governo – todos reconheceram a vitória –, o presidente da República deverá assim indigitar António Costa nas próximas horas e após a maratona de reuniões (reservou 30 minutos para os par-

tidos estreates e para Os Verdes) e uma hora para os restantes.

Ao que o JN apurou, ao contrário do que fez Cavaco, Marcelo não vai exigir acordos escritos que assegurem a António Costa a governabilidade a longo prazo, dando-lhe o benefício da dúvida. Mas o presidente defendeu que “conviria que o primeiro-ministro indigitado ouvisse os partidos numa composição diferente do Parlamento”, sobre os temas europeus, antes da tomada de posição no Conselho Europeu, o que normalmente acontece em debates no Parlamento.

Em Belém, a indicação é para que haja celeridade na formação do Governo, apontando-se a posse para 24 ou 25 de outubro, se os resultados forem apurados antes da data limite. E Marcelo Rebelo de Sousa promete “fazer tudo para que haja estabilidade”, declarando-se tão empenhado como na anterior legislatura.



Prazos previstos na lei

- 16 out** ● É a data limite para o apuramento final dos resultados eleitorais em cada círculo, incluindo os mais de 1,2 milhões de eleitores residentes no estrangeiro que, na sua maioria, votam por correspondência.
- 24 out** ● Depois de receber as atas com os resultados, a Comissão Nacional de Eleições tem oito dias para publicar o mapa oficial em “Diário da República”, ou seja, no máximo até 24 de outubro.
- 27 out** ● A Assembleia da República reúne-se até três dias úteis após a publicação dos resultados para a posse do novo Parlamento, ou seja, a 27 de outubro, se o calendário seguido for o das datas limite. O primeiro-ministro será depois convidado a formar Governo.

Orçamento? Só no final de fevereiro ou em março

Portugal vai ter de viver em regime de duodécimos

O Orçamento do Estado (OE) para 2020 só deve entrar em vigor no fim de fevereiro ou no início de março. A esmagadora maioria da despesa será realizada através da regra de duodécimos. Ou seja, os serviços só terão um doze avos do OE do ano anterior para gastar em cada um dos dois meses.

Salários e pensões Despesas

A maior rubrica da despesa pública são os salários. Por ano, o Governo gasta aqui mais de 21 mil milhões de euros. Enquanto não houver OE, os salários não deverão ser atualizados, havendo depois lugar a retroativos. Teoricamente, o Governo poderá fazer um decreto e aplicar a fórmula de cálculo da atualização das pensões, baseada no crescimento da economia e da inflação, logo em dezembro, com efeitos em janeiro.

Salário mínimo Sem atraso

O salário mínimo deve ser atualizado a 1 de janeiro de 2020. Chegando a um acordo com os parceiros sociais, o Governo legisla por decreto (não precisa do Parlamento), em dezembro, a atualização do salário mínimo do ano seguinte. Aqui não haverá atraso.

IRS Impostos

As tabelas de retenção na fonte do IRS e respetivos escalões podem ser publicados 20 dias após a entrada em vigor do OE. As pessoas só vão sentir a nova carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e das pensões em meados de abril ou mais tarde.

LÚIS REIS RIBEIRO

LEGISLATIVAS/2019

Está aberta a época da caça a Rio: críticos exigem demissão

Líder social-democrata acusado de estar focado na perseguição. Apoiantes denunciam “oposição autofágica”

Nuno Miguel Ropio
nuno.ropio@jn.pt

RIÇÕES Miguel Relvas, o histórico arregimentador de vontades dentro do PSD, deu ontem o pontapé de saída para o fim da paz podre que se mantinha nas hostes laranjas, desde o conselho extraordinário de janeiro, ao exigir a saída de cena de Rui Rio. Abertas as portas, seguiram-se outros a pedir o mesmo e até a dar prazos ao líder social-democrata para atirar a toalha ao chão, acusando-o de ter estado mais focado na perseguição de “fantasmas do que a fazer oposição a Costa”.

Os apoiantes de Rio avisam que esta movimentação trata-se de um “exercício de vertigem que vai dilacerar o partido”. Mais, acusam os críticos internos de “não deixar sequer acabar o processo eleitoral, com a contagem pelos círculos da Europa e Fora da Europa ainda a decorrer”.

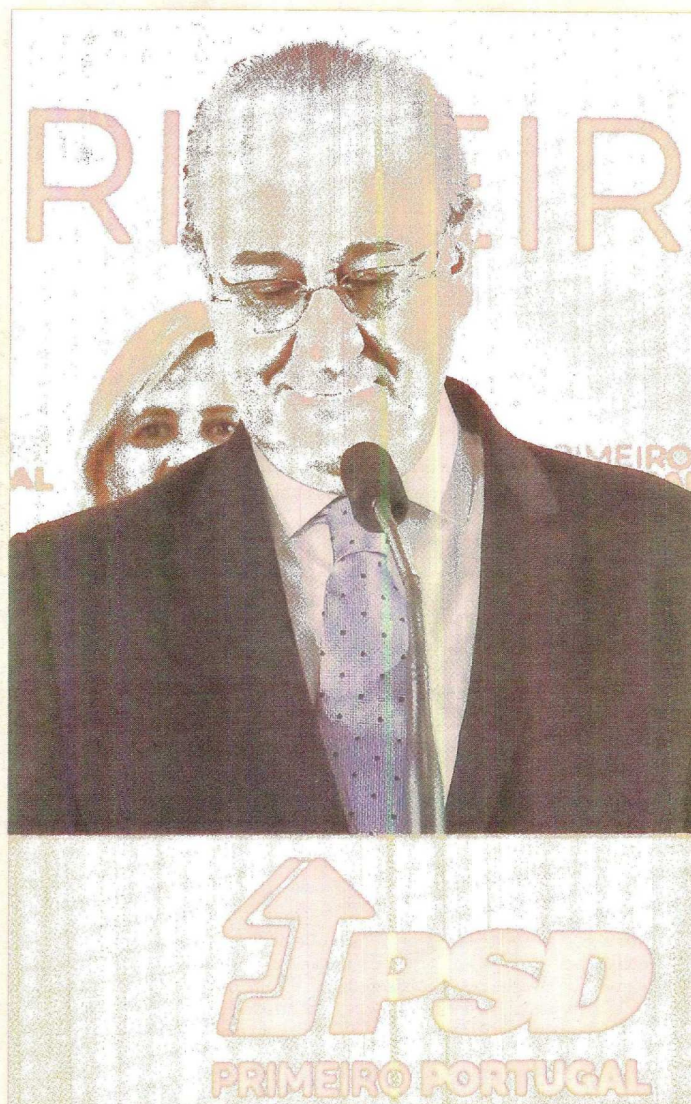
Uma coisa é certa, está aberta a época de caça à liderança de Rio. Sendo que, já esta semana, Luís Montenegro e Hugo Soares, os dois ex-líderes parlamentares de Passos Coelho,

têm encontros com as bases – em Espinho e Braga, respetivamente.

A toada das críticas começou com Miguel Relvas, que há vários meses tem colocado debaixo de fogo a estratégia do líder. Ontem, defendeu que o partido “precisa de novos protagonistas”.

PONDERAÇÃO JÁ COMEÇOU Rapidamente, vários líderes das distritais e dirigentes locais seguiram o tom. “Não há capacidade de esta Direção continuar. É necessário alguém que revitalize o PSD e crie uma nova dinâmica. Isso terá de ser feito por alguém diferente de Rui Rio”, defendeu, ao JN, Rui Rocha, presidente da Distrital de Leiria, que, tal como outros, admitiu aguardar pela marcação do Conselho Nacional extraordinário para a análise dos resultados.

O JN apurou que, tal como prometeu ao início da madrugada de segunda-feira, Rui Rio começou a “ponderar” o seu futuro. Ontem, reuniu na São Caetano à Lapa o seu núcleo duro para uma primeira análise, sendo certa a convocação dos órgãos nacionais, ainda que



Rui Rio reuniu, ontem, núcleo duro para analisar resultados obtidos nas eleições

não tenha sido discutida uma data. O objetivo é não precipitar uma análise a quente no Conselho Nacional, sabe o JN.

REVOLTA COM DISCURSO

Foram as palavras de Rio, ao atribuir culpas à oposição interna entre outras razões dadas para a derrota, a causa da maior fúria.

“Faltou a humildade de Manuela Ferreira Leite e Santana Lopes”, disse Paulo Cunha, autarca de Famalicão, que argumentou que “o partido ganha se se clarificarem já posições, não deixando arrastar este problema, consumindo a agenda do partido até janeiro”, quando se realizam as diretas.

Para Hernâni Dias, autarca de Bragança onde o PSD teve um dos seus melhores resultados no domingo, “quer se goste ou não do ‘timing’ de Luís Montenegro em janeiro, na substância, ele tinha toda a razão”.

“Rui Rio quebrou um ciclo de vitórias do PSD. Os resultados mostram que era possível ganhar ao PS. Em vez de assumir a derrota, o líder do PSD decidiu fazer um exercício disparatado de dizer que é positivo ter ficado à frente de sondagens”, disse.

Carlos Morais, o líder da Distrital de Viana do Castelo, foi ainda mais longe ao avisar Rui Rio que passou a linha vermelha: “Um parti-

do não pode perder duas eleições em cinco meses”.

APOIANTES: “DISPARATES”

Os apoiantes de Rio lamentaram este coro. “É um exercício disparatado”, atirou Adão Silva, vice-presidente da bancada parlamentar, defendendo que a “decisão de Rui Rio seja permanecer à frente do PSD e que se recandidate, porque merece”.

“O que está a acontecer é uma constante oposição autofágica desde a vitória democrática de Rui Rio. Estes militantes do PSD, que estão tão excitados, foram os mesmos que apoiaram Santana Lopes [na corrida contra Rio]. É um pouco bizarro, não é?”, atirou Adão Silva. ○



Bruno Vitorino
Distrital de Setúbal

“Perante esta derrota, o discurso de Rui Rio foi semelhante à dimensão da ambição mostrada desde que é líder: pequenino”



Adão Silva
Vice da bancada parlamentar

“É lamentável que, desde a primeira hora, este movimento sobre-excitado de uns quantos queira derrubar Rui Rio”



Almeida Henriques
Autarca de Viseu

“Não houve líder do PSD com resultado abaixo de 30% nas legislativas que não tivesse colocado o seu lugar à disposição”

Lobo d'Ávila disponível para disputar liderança

João Almeida está a refletir sobre possível candidatura à sucessão. Diogo Feio defende que próximo presidente deve ser um dos cinco deputados eleitos

Próximos passos

Outubro de 2019

Os críticos exigem que Rio agende um Conselho Nacional para discutir o que classificam de enorme derrota e que agende eleições antecipadas o mais rapidamente possível. Fonte ligada à Direção do PSD admite que o líder marcará a reunião, mas sem pressa.

Janeiro de 2020

Em termos estatutários, as diretas no PSD deviam realizar-se em janeiro de 2020, uma vez que os mandatos são de dois anos. Rui Rio foi eleito em fevereiro de 2018, em diretas contra Pedro Santana Lopes, que ganhou por 54,1%. Nessas eleições, votaram 42 655 pessoas, 60% do universo de eleitores.

Fevereiro de 2020

Saídos das diretas, os social-democratas têm de ir a congresso para a eleição dos órgãos nacionais do partido, entre eles os conselheiros. Em 2018, os assentos no Conselho Nacional foram negociados entre Rui Rio e Santana Lopes. Essa geografia interna acabou por ser um dos motivos que tem provocado instabilidade interna até hoje.



Assunção Cristas abandonou cargo após perda de 13 mandatos face a 2015

Ana Sofia Rocha
ana.s.ferreira@jn.pt

CDS Depois de enfrentar o pior resultado dos últimos 28 anos, o CDS-PP já tem dois possíveis candidatos à liderança. Abel Matos Santos, porta-voz da Tendência Esperança em Movimento, foi o primeiro a dar o passo em frente na corrida, mas Filipe Lobo d'Ávila, do grupo Juntos pelo Futuro, admitiu estar disponível para o cargo. João Almeida, deputado e porta-voz do partido, apenas avançou para reflexões sobre uma possível candidatura ao cargo.

O ex-deputado Filipe Lobo d'Ávila, que no domingo disse estar "em choque" com os resultados, admitiu, ao jornal "Expresso", ter "disponibilidade total" para assumir a liderança. Avisou ainda que uma possível candidatura de João Almeida não irá "condicionar" as opções que tomar. "Todos somos poucos para mudar a situação. É evidente que não excludo nenhum cenário. Estou num momento de ponderação, de reflexão", revelou à Lusa.

João Almeida admitiu que os resultados de domingo

"obrigam a repensar a estratégia" e a fazer uma "reflexão profunda sobre o futuro" do partido.

Ao JN disse que não tinha voltado a pensar em concorrer: "Candidatar-me não estava nos planos, mas sendo um dos cinco deputados eleitos, acho que tenho a obrigação de agir e pensar no futuro do partido". Acrescentou ainda que, tal como Lobo d'Ávila, também está a preparar uma moção de estratégia ao próximo congresso.

Na ala mais conservadora do partido, Francisco Rodri-

gues de Oliveira, líder da Juventude Popular, também apontado como um dos possíveis candidatos, não deu sinais de interesse, mas teve fortes críticas aos resultados e atirou aos eleitores a "pesada derrota do CDS".

Manuel Monteiro, que recentemente regressou à militância, admitiu ao JN que é cedo para falar numa candidatura, apoios ou mesmo do futuro do partido.

SOLUÇÃO NO PARLAMENTO Para Diogo Feio, "uma liderança com sucesso" terá de passar pelos deputados eleitos: Assunção Cristas, João Almeida, Ana Rita Bessa, Cecília Meireles e Telmo Correia. "Todos são uma boa solução. O partido tem cinco deputados e há neles muita responsabilidade para o futuro", disse o dirigente centrista à Rádio Renascença.

Assunção Cristas não foi a única a demitir-se. Ontem, o cabeça de lista por Viseu, Hélder Amaral, decidiu abandonar todos os cargos, considerando que a sua responsabilidade pelo resultado abaixo das expectativas é igual à da presidente e dos restantes não eleitos. ●

POSSÍVEIS SUCESSORES



- Filipe Lobo d'Ávila
- Idade: 44 anos
- Cargo: Grupo Juntos pelo Futuro

Licenciado em Direito pela Universidade Católica de Lisboa, já foi secretário de Estado da Administração Interna (2011-2013), durante o XIX Governo e é conselheiro nacional de Cristas, do grupo Juntos pelo Futuro. Tem sido um dos rostos mais visíveis da oposição a Assunção Cristas.



- João Almeida
- Idade: 43 anos
- Cargo: Deputado eleito por Aveiro

Atual porta-voz do CDS, já foi presidente da Juventude Popular, secretário-geral do CDS e vice-presidente do Grupo Parlamentar centrista. Já exerceu funções como secretário de Estado da Administração Interna nos XIX e XX governos constitucionais. Foi reeleito deputado por Aveiro.

VOZ

Francisco Rodrigues de Sousa
Líder da Juventude Popular

"Os eleitores infligiram uma pesada derrota ao CDS. Temos o dever de lutar, não de fugir. Há um único rumo: procurar estar certo, rejeitando concessões, sem temer fazer ou dizer o que acreditamos"

LEGISLATIVAS/2019

Chega foi o mais votado dos novos partidos na Assembleia da República

André Ventura é o único deputado eleito e rejeita epíteto de extrema-direita. Fim dos serviços públicos é uma das bandeiras



André Ventura e a comitiva ainda foram até ao Parlamento no domingo à noite

Ana Gaspar
agaspar@jn.pt

MANDATO Dos três partidos que alcançaram assento parlamentar no domingo (com um deputado cada), o Chega foi aquele que alcançou o maior número de votos: 66 442, dando ao seu líder, André Ventura, o lugar de deputado. O Chega – que concorreu com o PPM às europeias na coligação Basta – foi oficializado só em 2019 e é conotado com a extrema-direita. Facto rejeitado anteontem por André Ventura, assegurando que os eleitores que lhe deram o voto perceberam que “o Chega não é um partido extremista”.

No programa político é proposto o fim dos serviços públicos na saúde e na educação, bem como a atribuição ao presidente da República da liderança do Governo. O Chega também defende o fim do aborto e das cirurgias de mudança de sexo no Serviço Nacional de Saúde e assuntos polémicos como a castração química dos pedófilos e a prisão perpétua são outras das medidas enunciadas no documento.

Documento esse que este-

ve debaixo de fogo, ainda antes da campanha eleitoral ter arrancado, por conter partes de um programa eleitoral do partido Nova Democracia de Manuel Monteiro. Na altura, o líder justificou a coincidência por os dois documentos pertencerem ao mesmo autor.

AMBIÇÃO DE SER O MAIOR

Na noite eleitoral, André Ventura – que chegou a ser vereador do PSD na Câmara de Loures, tendo renunciado ao cargo – e a sua comitiva ainda se deslocaram até à frente do Parlamento para comemorarem o resultado alcançado. Antes, frente às câmaras, o jurista de 36 anos garantia que daqui a oito anos o Chega será o partido mais votado no país.

No entender de António Costa Pinto, os três partidos que alcançaram agora um lugar no Parlamento receberam um “bónus político”. Segundo o politólogo valhies “ser dado maior destaque e apoio financeiro e uma tribuna ao lado dos grandes partidos”.

Foi em Lisboa que o Chega conseguiu um terço dos votos (22 053), seguindo-se Setúbal (7643) e Porto (5708). ●



À LUPA

Revisão constitucional O Chega quer rever a Constituição para alterar os poderes do presidente da República e dar a este a condução do Governo. Também pretende várias alterações às leis penais.

Política externa

A reavaliação da presença de Portugal na ONU, a transferência da embaixada portuguesa em Israel para Jerusalém e o fortalecimento das fronteiras nacionais são algumas das medidas.

Cartazes polémicos e redes sociais ajudaram a conquistar um lugar

Iniciativa Liberal satirizou partidos principais mas deu pouco a conhecer sobre os seus candidatos. Quer ser oposição ao socialismo



João Cotrim Figueiredo será o primeiro deputado da Iniciativa Liberal na AR

Ana Gaspar
agaspar@jn.pt

LIBERAIS O deputado João Cotrim Figueiredo, economista de 58 anos, será a face visível da Iniciativa Liberal (IL) na nova composição do Parlamento. O partido fundado em 2017 concentrou-se nas redes sociais e no trabalho dos cabeças de lista junto dos leitores, mas deixou de fora dos cartazes eleitorais as caras dos seus dirigentes.

A opção de lançar cartazes a criticar os partidos com assento parlamentar (como o que tinha a expressão “ComPrimos”, a satirizar o “outdoor” do PS com a imagem de António Costa e onde se lia “Cumprimos”) acabaria por dar frutos e chamar a atenção para o partido que viria a apostar na comunicação através das redes sociais.

A criação de uma taxa única de 15% para os rendimentos acima dos 650 euros, o combate à corrupção, que os dirigentes atribuem ao “excesso de concentração do poder do Estado central, e a liberdade de escolha em matérias como a saúde e a educação valeram ao IL a escolha de 65 545 eleitores e um

lugar na Assembleia da República pelo círculo de Lisboa. A votação no Porto não foi, no entanto, suficiente para eleger o presidente do IL: Carlos Guimarães Pinto.

Na noite eleitoral este último anunciou que pretende apresentar uma “verdadeira alternativa ao socialismo”. E o novo deputado frisou que pretende ser a “voz do liberalismo”.

VOTOS DO PSD E CDS

O politólogo António Costa Pinto disse ao JN que os partidos como a Iniciativa Liberal beneficiaram com a “escassa possibilidade do CDS e do PSD vencerem as eleições”. “A vitória anunciada do PS ofereceu a algum eleitorado de Direita a possibilidade de votar em partidos com quem mais se identificavam”, explicou.

O eleitorado do IL ficou mais concentrado nos concelhos industriais, com um volume de negócios na indústria e no comércio que ultrapassa a média nacional, revelaram dados estatísticos citados pela agência Lusa.

Os votos nos círculos eleitorais de Lisboa e do Porto corresponderam a 63% da votação total. ●



À LUPA

Taxa única de IRS

A medida emblemática do programa tem a ver com a redução de impostos. O partido pretende que se crie uma taxa única de 15% no IRS para rendimentos acima dos 650 euros.

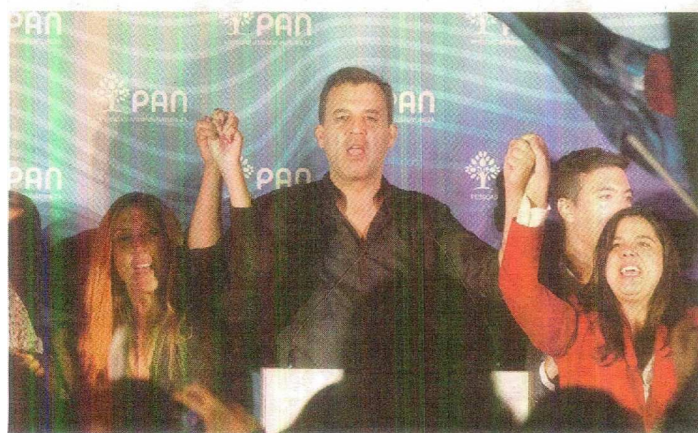
Subvenção rejeitada

Durante a campanha, a IL anunciou que caso elegeisse algum deputado iria abdicar da subvenção pública atribuída à campanha e pretende alterar este financiamento.

LEGISLATIVAS/2019

PAN em alta alcança grupo parlamentar com maioria feminina

Bebiana Cunha, pelo Porto, Inês Real, por Lisboa, e Cristina Rodrigues, por Setúbal, juntam-se ao líder André Silva em São Bento



Líder do PAN ladeado pelas deputadas eleitas Cristina Rodrigues e Inês Real

João Vasconcelos e Sousa
sociedade@jn.pt

SUBIDA O objetivo era passar de um deputado para um grupo parlamentar e, com um resultado de 3,28% a nível nacional (166 854 votos), tal foi conseguido. Se até aqui o PAN era representado na Assembleia da República apenas por André Silva, a partir de agora, o número sobe para quatro mandatos, sendo que as três caras novas em São Bento são todas femininas.

Bebiana Silva, 33 anos, foi a primeira deputada eleita pelo PAN no círculo do Porto. A cabeça de lista pela Invicta está no partido desde 2011 e já em 2015 tinha tentado a eleição, falhando nessa altura a entrada no Parlamento, apesar de ter alcançado 1,59% dos votos no segundo maior círculo do país. Agora, com 3,46% no Porto, o PAN elegeu confortavelmente Bebiana Cunha e ainda chegou a sonhar colocar também Jorge Ribeiro, o segundo da lista.

DE PROVIDORA A DEPUTADA Também em Lisboa houve boas notícias para o PAN: além de André Silva, que repetiu a eleição de 2015, o

partido elegeu ainda Inês Sousa Real, graças aos 4,46% alcançados neste círculo. A jurista de 39 anos foi provedora dos Animais de Lisboa e é, desde 2017, deputada na Assembleia Municipal da capital.

No domingo, André Silva foi o último líder a reagir aos resultados eleitorais – falou mesmo depois de António Costa –, uma espera que se explica pela expectativa de confirmar a eleição em Setúbal. O suspense terminaria quando, já perto da meia-noite, a advogada Cristina Rodrigues, de 34 anos, garantiu o mandato.

PARTIDO URBANO

O bom resultado do PAN deve-se à subida de quase 92 mil votos a nível nacional face a 2015, subida essa que incidiu nos grandes centros urbanos, com destaque para o Algarve: nos concelhos de Faro, Portimão, Albufeira, Olhão, Lagoa e Aljezur, o partido ultrapassou os 5%, tendo acontecido o mesmo em Sintra.

Garantidos os quatro deputados, André Silva atirou: “Consolidámo-nos, a contragosto de todos os que nos olharam como um epifenómeno ou uma moda...”. ●



O PAN sobe de forma notória face a 2015, quando obteve 1,39%. Em Faro (4,77%) e Setúbal (4,44%) registaram-se os melhores resultados. Bragança teve o resultado mais modesto (1,31%).

À LUPA

Só faltou um...

Dos 308 concelhos do país, apenas num o PAN não recebeu qualquer voto. Na ilha do Corvo, nos Açores, nenhum dos 176 votos válidos foi para este partido.

Polémica

Cristina Rodrigues, eleita por Setúbal, admitiu recentemente, num podcast no YouTube, “não ter a certeza” se o PAN defende o aumento do salário mínimo.

Livre está instalado no “meio da Esquerda” e quer reformar a UE

Joacine Katar Moreira, deputada recém-eleita, caracteriza o partido como “antifascista” e “antirracista” e pisca o olho ao PS



Incerteza em torno da eleição de Joacine Moreira durou até quase ao fim da noite

João Vasconcelos e Sousa
sociedade@jn.pt

PROGRAMA Os 22 807 votos em Lisboa foram suficientes para que o Livre tenha alcançado representação parlamentar pela primeira vez. Joacine Katar Moreira, investigadora de 37 anos, é a deputada eleita pelo partido criado por Rui Tavares em 2013 e que, desde a fundação, assume querer colocar-se “no meio da Esquerda”.

No entanto, ao contrário de BE e PCP, que historicamente têm uma posição crítica da União Europeia (UE), o Livre não questiona a presença de Portugal na organização. O partido considera, contudo, que a UE precisa de ser reformada, nomeadamente através da criação de eleições para a Comissão Europeia e da proteção de direitos sociais, propondo “mobilizar a cidadania” para “o relançamento da UE”.

“NAMORO” AO PS

O facto de o Livre ser abertamente favorável à integração europeia ajuda a torná-lo num possível aliado do PS na nova configuração do Parlamento. Joacine Moreira já deixou claro que o partido está “completamente

disponível” para dialogar com os socialistas, tendo também incentivado o BE, PCP e PEV a fazerem um “enorme esforço de entendimento” para garantir, uma vez mais, a governabilidade.

IGUALDADE E AMBIENTE

O programa político do Livre é assumidamente “antifascista”, “antirracista” e “igualitário”, propondo também medidas como a atribuição imediata de nacionalidade aos filhos de imigrantes. A nível social, o Livre defende a subida do salário mínimo para os 900€, as 30 horas de trabalho semanais, os 30 dias de férias por ano ou a garantia de que 10% da oferta de habitação é pública.

O ambiente é outro dos eixos programáticos do partido, que quer fazer com que, em 2030, 100% da eletricidade consumida em Portugal seja renovável. No entanto, durante a campanha, Rui Tavares estabeleceu diferenças relativamente ao PAN: o Livre é “ecologista” e não “animalista”, não correndo portanto o risco de defender medidas que “desequilibrem a flora a favor da fauna”. ●



Livre alcança primeiro deputado, depois de ter tentado eleger Rui Tavares em 2015. O partido teve os melhores resultados em Lisboa (2,07%) e Setúbal (1,23%), e o pior na Madeira (0,37%).

À LUPA

Partido urbano

A nível concelhio, os melhores resultados do Livre ocorreram em Lisboa (3,26%), Oeiras (2,52%), Cascais (1,84%) e Amadora (1,72%).

Pouco impacto

O Livre ficou abaixo do 1% em 258 dos 308 municípios existentes – quase 84%. Em Pedrógão Grande ou Barrancos, contabilizou apenas dois votos.

Braga foi o distrito com menos abstenção

No outro extremo, em Bragança apenas 44,89% foram votar

VOTAÇÃO 4 250 660. É este o número de portugueses que, anteontem, não foram às urnas. Foi o máximo histórico em eleições legislativas dos últimos 44 anos, com a abstenção a atingir os 45,5%. Sendo que estão ainda por contar os votos dos eleitores no estrangeiro, superior a 1,2 milhões, e que deverá engrossar ainda mais o número de abstencionistas.

Numa ótica continental, analisando-se os dados distritais constata-se que os bracarense foram os que mais acorreram às urnas, com a abstenção a ficar-se pelos 40,17%. Segue-se o Porto, com 58,59% de votantes, e Lisboa, onde 57,33% dos cidadãos exerceram o seu direito de voto.

Em sentido oposto, os dados mostram que, em Bragança, a abstenção ultrapassou os 55% e rondou os 54% em Faro e em Vila Real. Analisando, agora, as regiões autónomas, os Açores, como em eleições passadas, atingiram uma estrondosa abstenção de 63%. Já na Madeira, 50,29% foram votar.

Refira-se que tirando as legislativas de 2005, em que a abstenção desceu, os abstencionistas não param de aumentar. ● J.A.



45,5%

Foi a taxa de abstenção mais alta registada em eleições legislativas nos últimos 44 anos, com mais de 4,2 milhões de portugueses a não irem às urnas.

“Para eu ir votar, tinham de pôr lá gente à altura”

Melgaço Desilusão motiva fraca participação

De quatro amigos, que o JN encontrou sentados em amena cavaqueira, no Largo Hermenegildo Solheiro, na vila de Melgaço, apenas um votou. A abstenção naquele concelho foi de 66,23% – a mais elevada no continente.

Da amostra, três chamam-se Manuel: Esteves, Caldas e Dias. O nome do que resta é Alberto Gonçalves. São todos ex-emigrantes. Manuel Dias foi o que votou. “Votei porque é um dever. Sou analfabeto, mas vou sempre”, justifica, comentando: “Quando fui votar aqui na vila, notei que não havia quase ninguém. Nos outros anos, havia bicha. Depois sentei-me um bocadinho fora no muro e lá passava um ou outro, mas muito poucos. Até comentei isso, palavra de honra”.

Os ex-emigrantes explicam as costas voltadas às urnas com o descontentamento em relação ao país que encontraram quando regressaram. “Andei toda a vida no estrangeiro a ganhar para Portugal e agora já não quero saber disto para nada. Quem trabalha e traz para dentro é ‘uma burra’ e o que está cá a comer do que os outros trazem é ‘um papão’. A política que temos em Portugal só serve para certas pessoas”, atira Manuel Caldas, continuando: “Eles são todos família uns dos outros. Para eu ir votar tinham de pôr lá gente à altura. Havia que pôr o sapato à medida do pé”.

Manuel Esteves, diz: “Eu não votei porque estou cansado disto. Sai daqui em 1957, corri esse mundo todo e, olhe, nós [os ex-emigran-

REPORTAGEM



Manuel Esteves, Manuel Caldas, Manuel Dias e Alberto Gonçalves

FRASE

Manuel Esteves

Ex-emigrante

“Vou votar para quem? Para mim, são todos da mesma ‘seita’”

tes] somos independentes”. “Vou votar para quem? Para mim, são todos da mesma ‘seita’”, critica.

Já a abstenção de Alberto Gonçalves tem outro motivo: “Não voto porque antes votava e enganava-me sempre. Ganhava sempre o ‘inimigo’. Por isso deixei”.

ANA FEIXOTO FERNANDES

REPORTAGEM

Câmara transporta idosos das aldeias até às urnas

Vila de Rei Concelho com a maior percentagem de votantes tem muitos eleitores seniores

Com cerca de 3500 habitantes, Vila de Rei voltou a ser o concelho com menos abstenção do país, nas eleições legislativas: 30,44%. Bastião social-democrata, a pequena povoação do distrito de Castelo Branco é constituída, sobretudo, por eleitores com mais de 65 anos, que têm uma relação de grande proximidade com a Autarquia.

“As pessoas, mesmo com grandes dificuldades, vão votar, porque querem decidir o seu futuro. Ainda bem que, graças a Deus, não deixam que os outros decidam por elas”, observa Ricardo Aires, 47 anos, a cumprir o segundo mandato como presidente da Câmara de Vila de Rei, eleito pelo PSD.

O autarca acrescenta, por outro lado, que os técnicos das instituições sociais, as maiores empregadoras do concelho, também aconselham os idosos a manifestarem o seu desagrado nas urnas, quando reclamam de alguma coisa, o que constitui um incentivo para cumprirem o seu dever cívico.

“A Câmara vai buscar as pessoas idosas às aldeias para virem votar. Se não fosse assim, não vinham”, acredita Carlos Oliveira, 47 anos, assistente operacional na Autarquia e que integrou uma das mesas de voto. “A D. Irene [Barata, ex-presidente da Autarquia] andava sempre com os velhotes de um lado para o outro. Eles gostam é de mimos”, comenta. “Os nossos presidentes, até hoje, sempre fizeram um bom trabalho”, garante.

Cecília Rolo, 52 anos, acrescenta que a Autarquia não se limita a ir



Autarca sublinha que todos são incentivados a votar

FRASE

Ricardo Aires

Presidente da Câmara

“As pessoas, mesmo com grandes dificuldades, vão votar, porque querem decidir o seu futuro”

buscar os idosos às aldeias para exercerem o seu dever cívico nos períodos eleitorais, mas também às terças e às quintas-feiras, para poderem “tratar da vida delas”, porque não há transportes públicos. “E no feriado do concelho, também as vão buscar para virem ao almoço”, acrescenta. ● ALEXANDRA BARATA

LEGISLATIVAS/2019

Radiografia do país por partidos

A par das manobras de poder que, por estes dias, ocupam os partidos que terão um lugar na Assembleia da República, na próxima legislatura, há um grande conjunto de pequenos factos capazes de influenciar os próximos quatro anos dos legisladores. Com o auxílio da plataforma EyeData, o JN traça uma caracterização socioeconómica da globalidade dos municípios onde cada partido obteve a sua melhor votação.

Na página seguinte, damos voz a alguns dos protagonistas da noite eleitoral que ajudaram a criar a mais diversa (em género, idade e ideologia) Assembleia da República da democracia. ALEXANDRA FIGUEIRA



PARTIDO SOCIALISTA Menos serviços e poder de compra

No mapa pintado da cor do partido vencedor, parece que se entornou uma lata de tinta rosa, sobretudo no Centro e Sul. Mas o Portugal que votou PS com maior empenho não é todo igual. Os concelhos em que foi maioritário estão a perder população, têm menos serviços de saúde e, com uma população menos instruída, têm menor poder de compra.



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA Menos dinheiro e mais incêndios

Vinhais, Montalegre ou Almeida são locais onde o PSD teve a melhor votação mas, ainda assim, perdeu para o PS. No global, as regiões mais fideis ao laranja perdem gente (e têm poucos estrangeiros), foram afetados pelos incêndios e têm também menos poder de compra do que o resto do país.



BLOCO DE ESQUERDA Ambiente urbano e longe da religião

Litoral sobretudo, mas também em torno de Castelo Branco. É em ambiente urbano que mais se vota BE, pelo que não se estranha que estes municípios ganhem população, votem mais à Esquerda do que à Direita, sejam menos religiosos e mais jovens e tenham

mais poder de compra e menos funcionários públicos.



CDU Trocar escolas por serviços de saúde

Ribatejo, Alentejo e Grande Lisboa. Apesar das disparidades entre cada área, o conjunto dos locais onde mais se vota vermelho ganham população, muito graças a estrangeiros, têm mais serviços de saúde, mais criminalidade e mais poder de compra. Mas têm menos escolas e mais retenções.



CDS População cai mas turismo sobe

Se Portugal perde gente, as regiões mais azuis perdem ainda mais. Concentrados no Oeste e no interior Norte e Centro, os concelhos onde mais vota CDS são mais religiosos, mais abertos ao turismo e têm menos sinistralidade e beneficiários de rendimento mínimo.



PAN Mais filhos e menos abstenção

Com raras exceções, o PAN consegue os melhores resultados em municípios do litoral, urbanos e com forte dinâmica (positiva) populacional. Com bons serviços de saúde e investimento em ambiente, os trabalhadores ganham mais do que a média do país, mas não muito. As

mulheres têm mais filhos e a abstenção é menor.



CHEGA Mais imigração e menos serviços

Divide eleitorado com o PCP no Alentejo interior, Ribatejo e Grande Lisboa. Onde mais se votou Chega, há mais gente, mas graças à imigração. Com menos serviços de saúde e escolas, nestes concelhos há menos casamentos religiosos e mais filhos nascidos em uniões de facto.



INICIATIVA LIBERAL Urbano e próximo da norma no país

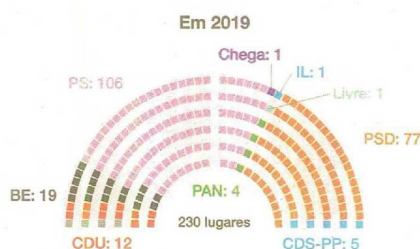
Tem eleitores no interior. em ilhas bem definidas. O Liberal é litoral, urbano, bem servido na saúde (mas não tanto na educação) e com um poder de compra próximo da média nacional. Em indicadores como a religiosidade, está próximo da média nacional, mas tem menos funcionários públicos.



LIVRE Mais estrangeiros e poder de compra

O peso grande dos estrangeiros residentes faz crescer a população dos concelhos que mais força deram ao Livre. Partilha eleitorado com o PAN e a CDU. Aqui, investe-se no ambiente, o poder de compra está acima da média do país e a abstenção é mais baixa. ●

Distribuição de mandatos



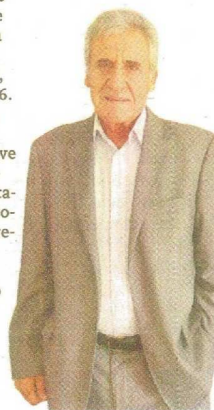
■ 4 mandatos ainda por atribuir (emigração)

2019	Total de mandatos: 226		
Freguesias apuradas	3092	Por apurar: 0	
Inscritos	9 343 084		
Votantes	5 092 424	54,50%	
Abstenção	4 250 660	45,50%	
Branços	129 599	2,54%	
Nulos	68 539	1,74%	
	Votos	%	Deputados
PS	1 866 407	36,65	106
PPD/PSD	1 420 553	27,90	77
B.E.	492 487	9,67	19
PCP-PEV	329 117	6,46	12
CDS-PP	216 448	4,25	5
PAN	166 854	3,28	4
CH	66 442	1,30	1
IL	65 545	1,29	1
L	55 856	1,09	1
A	39 316	0,77	0
R.I.R.	34 638	0,68	0
PCTP/MRPP	34 572	0,68	0
PNR	15 272	0,30	0
MPT	11 622	0,23	0
NC	11 239	0,22	0
PURP	10 424	0,20	0
JPP	9945	0,20	0
PDR	9217	0,18	0
PPM	7875	0,15	0
FTP	7499	0,15	0
MAS	3158	0,06	0

Resultados totais (não incluem votação dos círculos da emigração)



É hoje o único deputado que participou na Assembleia Constituinte, de 1974 a 1976. Desde então, Jerónimo de Sousa só esteve fora do Parlamento na década de 1990. Domingo, o secretário-geral do PCP foi reeleito, pelo círculo de Lisboa.



Os votos em branco e nulos foram escolhidos por 218 138 pessoas que foram a uma mesa de voto, mais do que em 2015. Se fossem um partido, os 4,25% obtidos tê-los-iam deixado à frente do CDS e do PAN e seriam a 5.ª força política do país.



A RTP foi a televisão generalista mais vista, na noite eleitoral. Os 740 mil espectadores deram-lhe uma audiência de 17,1%.



Somados, os doze partidos que não elegeram qualquer deputado tiveram tantos votos quantos os três novos partidos do Parlamento: Iniciativa Liberal, Livre e Chega. E ainda sobrava o equivalente ao Partido Popular Monárquico.



Rostos da mudança



● Miguel Costa Matos
● Círculo de Lisboa

Ambiente, habitação e precariedade

O PSD é o principal responsável pela renovação que levou 100 novos rostos ao Parlamento, mas o deputado mais jovem assina pelo Partido Socialista. Com 25 anos e nascido em Lisboa, Miguel Costa Matos sente “uma enorme responsabilidade” e mostra,

com o seu exemplo, que “os mais jovens conseguem ter lugar no Parlamento”. O socialista, que já teve experiência na Assembleia Municipal de Cascais, há dois anos que trabalha na equipa de assessores de António Costa para a área da economia. Ambiente, habitação e precariedade laboral serão as prioridades de atuação deste mestre em Economia pela Universidade Nova de Lisboa. I.N.

● Heloísa Apolónia
● Círculo de Leiria

Três décadas depois, deixa Parlamento

No início dos anos 1990, Heloísa Apolónia foi eleita pela primeira vez. Desde então, o mandato do rosto do partido Os Verdes foi sempre renovado, sempre por Setúbal e sempre de mão dada com o PCP. Até às legislativas de domingo. A troca de Setúbal por Leiria foi fatal e a cabeça-de-lista não conseguiu renovar o mandato.



● Joacine Katar Moreira
● Círculo de Lisboa

Parlamento com três mulheres de origem africana

Foi preciso contar os votos de todas as freguesias para se confirmar que Joacine Katar Moreira seria a terceira mulher afrodescen-



● Beatriz Gomes Dias
● Círculo de Lisboa

dente a entrar no Parlamento. Antes da cabeça de lista do Livre, já tinham recebido votos suficientes Beatriz Gomes Dias, do Bloco de Esquerda, e Romualda Fernandes, do PS. Esta é a primeira vez que mulheres de ascendên-



● Romualda Fernandes
● Círculo de Lisboa

cia africana se sentam na Assembleia da República, fazendo um caminho já antes percorrido por Hélder Amaral, um histórico do CDS que, nestas eleições, não conseguiu ser eleito. Candidataram-se todas pelo círculo de Lisboa.

Parlamento menos dominado por homens

Mais de uma década depois da criação de quotas mínimas de mulheres nas listas de candidatos à Assembleia da República (a Lei da Paridade), o próximo hemicycle continuará a ser dominado por homens, mas um pouco menos do que até agora.

Na próxima legislatura, haverá 89 mulheres – o número mais alto da história da democracia portuguesa. Ainda assim, a paridade real ainda não foi alcançada: dos 230 deputados eleitos do domingo, 141 são homens e só 89 são mulheres.

Dois seis grupos parlamentares, dois têm mais mulheres do que homens, o CDS e o PAN, e o Bloco de Esquerda está quase empatado (mais um homem).

Nos dois maiores partidos, o PS tem 64 deputados e 42 deputadas e, no PSD, os homens são quase o dobro. ●



TINO DE RANS

RIR é o segundo dos partidos sem deputados

Como que a RIR, Tino de Rans (nascido Vitorino Silva) ganhou a confiança de 34 638 eleitores e foi, dos partidos sem assento parlamentar, a segunda força mais votada: ficou a menos de cinco mil votos de Santana Lopes. Sem surpresa, o Reagir, Incluir e Reciclar foi mais forte no Porto (dez mil votos), mas Lisboa deu-lhe 4530 boletins válidos e Braga 3469.



PDR

Derrocada atinge Marinho e Pinto e Pardal Henriques

Em 2015, o partido de Marinho e Pinto estreou-se nas legislativas, com 61 mil votos. O ex-bastanário dos advogados não se conseguiu eleger por Coimbra e manteve-se em Bruxelas, para onde foi eleito em 2014, pelo MPT. Nas Europeias de maio teve quase 16 mil votos. No domingo, não passou dos nove mil, mesmo com o porta-voz dos motoristas, Pardal Henriques, na lista por Lisboa. Nenhum foi eleito.

Quantos votos fazem um deputado?

Com pouco mais de 11 mil votos, a socialista Isabel Rodrigues foi eleita pelo círculo dos Açores. Foi a última deputada da região autónoma a receber um mandato, na região autónoma.

No outro extremo está Lisboa. O último deputado eleito pelo maior círculo

eleitoral do país, o também socialista Miguel Costa Matos, precisou quase do dobro dos votos para entrar no Parlamento: 20 234. Joana Barata Lopes, do PSD, já não conseguiu um mandato, apesar de o partido dispor ainda de 19 149 votos.

O Porto é o segundo distrito que mais votos exige para eleger um deputado (Carla Sousa, do PS, será deputada com 19 413 votos).

Em terceiro lugar, está Braga: 19 197 eleitores voltaram a enviar Telmo Correia, do CDS-PP, para a capital. ●

Só há três países sem extrema-direita

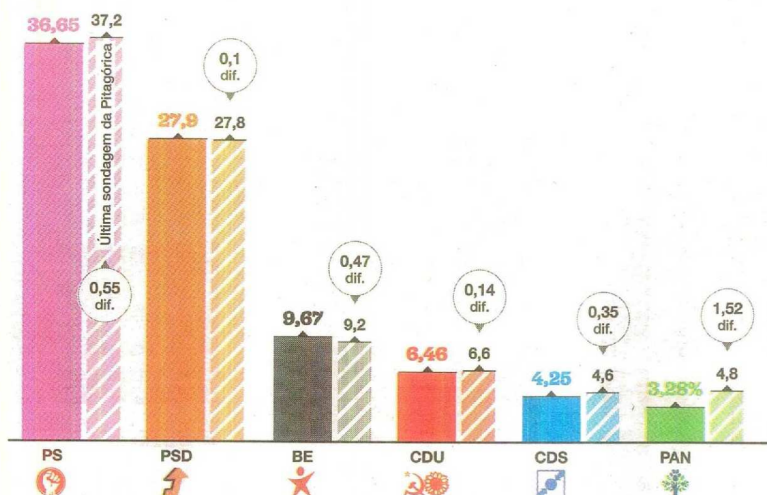
Portugal era, até domingo, um dos quatro países sem a extrema-direita representada no Parlamento. A entrada do Chega! na Assembleia da República deixa Portugal fora do grupo de Malta, Irlanda e Luxemburgo.

“Nós não somos racistas, não temos nada contra ninguém, não temos nada contra raças ou etnias. Nós queremos é que todos cumpram as mesmas leis”, realçou André Ventura, na noite eleitoral.

Nas legislativas de abril, em Espanha, o Vox foi a quinta força mais votada. E, em maio, o Parlamento Europeu passou a ter mais deputados da extrema-direita, que também governa com maioria em países como a Polónia, a Hungria ou a República Checa. ● I.N.

LEGISLATIVAS/2019

Diferença entre sondagem e os resultados reais



Sondagem diária para o JN certa nos resultados eleitorais

Desvio médio da Pitagórica inferior a um ponto percentual. No caso do PSD e da CDU, a diferença foi de uma décima

Rafael Barbosa
rafael@jn.pt

BALANÇO As sondagens foram um dos temas polémicos destas eleições legislativas. Em particular, a sondagem diária que a Pitagórica fez para o JN, a TSF e a TVI. Foram 14 dias de resultados que deixaram em suspense os eleitores e sobretudo os concorrentes e dirigentes partidários. Alguns reagiram com ponderação, mesmo quando os resultados eram maus, outros ao ataque.

Fizeram bem os primeiros em manter a serenidade: a generalidade das sondagens pré-eleitorais (não confundir com sondagem à boca das urnas, feita no próprio dia das eleições e de forma presencial) revelaram uma grande capacidade de antecipar os resultados destas eleições legislativas.

Nenhum especialista em estudos de opinião ou jornalista que analise os resultados – e nenhum leitor, que deve ser ciclicamente alertado para os constrangimentos – deve espe-

rar que uma sondagem funcione como uma previsão exata do que acontecerá numa eleição. As sondagens são retratos do momento em que são feitas, não são capazes de prever o futuro. Mas também é verdade que a expectativa razoável – de especialistas, jornalistas e leitores – é que os números das últimas sondagens se aproximem do resultado final.

Em Portugal, sobretudo nos últimos anos, é isso que acontece. As diferenças entre resultados reais e previsões ficam dentro de um intervalo razoável, a que os especialistas em estudos de opinião chamam “desvio médio”.

MEIO PONTO NOS SOCIALISTAS

Nestas eleições, a semelhança entre os valores finais da sondagem diária da Pitagórica e os resultados eleitorais chega a ser notável para alguns dos partidos, sobretudo para os que têm algum histórico.

Veja-se o caso do vencedor, o PS: a Pitagórica conclui a sondagem diária com 37,2% para

os socialistas; nas urnas conseguiram 36,65%; o desvio foi de meio ponto percentual. E que dizer do segundo, o PSD, cujo líder, aliás, foi quem mais atacou as sondagens, sugerindo que haveria manipulação: a Pitagórica apontou para os 27,8%; nas urnas teve 27,9%; o desvio foi de uma décima.

No caso do BE, o desvio também foi inferior a meio ponto. Mas talvez os resultados mais notáveis sejam os da CDU e CDS, partidos que os especialistas sentem particular dificuldade em medir: o desvio foi inferior a duas décimas nos comunistas e inferior a quatro décimas nos centristas.

O único caso em que a sondagem revelou mais dificuldade foi com o PAN, que saiu valorizado na sondagem: o desvio foi de 1,5 pontos percentuais. Em partidos ainda mais pequenos, a Pitagórica também foi certa: recorde-se que previu a eleição de deputados pelo Iniciativa Liberal, Chega e Livre. Faltavam dois dias para as eleições. ●



Seniores dominam

Na derradeira sondagem destas eleições (à boca das urnas), a Pitagórica recolheu informações preciosas sobre os eleitores. Por exemplo, que os mais velhos (55 e mais anos) representam quase metade (43%) das pessoas que foram votar no domingo.

53% dos votos no PS

No caso do vencedor das eleições, a importância dessa fatia do eleitorado é ainda maior: são 53% dos eleitores do PS. Nenhum outro partido depende nesta dimensão dos eleitores mais velhos, mas há pelo menos mais dois em que quem tem mais de 55 anos faz parte do eleitorado proporcionalmente mais importante: a CDU (46%) e o PSD (42%).

BE tem mais jovens

Confirma-se a ideia de que o BE é o mais “jovem” dos partidos tradicionais. Depende em apenas 36% dos eleitores de 55 e mais anos. Somando os dois escalões mais jovens (18/24 e 25/34 anos), tiveram um peso de 24% no resultado eleitoral dos bloquistas.

PAN



O PAN, que cresceu de um para quatro deputados, está no polo oposto ao dos partidos tradicionais: os mais jovens (18/34 anos) são 44% do seu eleitorado.

Campeão da juventude

Há um partido em que o apoio entre os mais novos é mais evidente: o Livre de Joacine Katar Moreira (eleita por Lisboa). O voto jovem vale 47%.

Opinião

O futebol e as sondagens

por Alexandre Picoto
Administrador da Pitagórica

Em alguns clubes de futebol, é frequente os dirigentes instigarem os adeptos contra um inimigo capaz de federar as hostes e fazer esquecer os problemas desportivos. As sondagens estiveram para esta campanha como os árbitros estão para o futebol, são um alvo fácil para alguns dirigentes e algumas “cliques” menos esclarecidas. A facilidade com que se constroem teorias de conspiração no futebol é comparável à facilidade com que se constroem “embustes” tendo como referência as sondagens. Todos os que trabalham em “research” estamos habituados a conviver com a dúvida e com a necessidade de esclarecimento. A crítica e a dúvida são pressupostos do processo científico. É útil e faz mover o Mundo. Contudo, a ignorância e a especulação estão para a evolução como a Idade Média esteve para o conhecimento. Este setor emprega em Portugal milhares de pessoas, incluindo técnicos com largas décadas de experiência, cientistas/académicos (com reconhecimento internacional) e empresários que fazem deste setor um setor exportador. As sondagens “políticas” são das mais escrutinadas. E num contexto de tão grande exigência técnica custa a acreditar que tenha sido real o ataque do líder do PSD no seu discurso da noite eleitoral (noutros moldes, já o tinha feito durante a campanha). O ataque visou as sondagens em geral e, em particular, o ICS/ISCTE, que considerou a pior, em detrimento da Universidade Católica, que teria sido a melhor. Tal como no futebol, a procura de responsáveis externos pelos insucessos de um clube é uma estratégia habitual. E pode parecer funcionar, mas na prática apenas esconde as fragilidades. No domingo, todas as sondagens estiveram uma vez mais muito bem, mas, com rigor, quem esteve pior foi a Universidade Católica e não o ICS/ISCTE/GFK (dados mensuráveis), que até possui uma das melhores equipas técnicas do país. Atacar em público um setor de atividade, várias organizações que vão do ensino aos estudos de mercado, não é irresponsável, é acima de tudo esclarecedor.